

Trabalho cooperativo numa aldeia do Norte de Portugal*

No presente trabalho examino a estrutura das jornadas de trabalho cooperativo numa aldeia portuguesa. Subjacente à minha análise dum determinado tipo de festa de trabalho está o problema de saber em que medida certos tipos de dados históricos locais podem ser utilizados para completar e ampliar o estudo das relações sociais da actualidade. Um segundo problema, mais geral, a ter em conta é o que John Davis formula no seu recente livro *People of the Mediterranean* (1977) e que diz respeito à importância a) da história e b) do método comparativo para o estudo das comunidades especificamente mediterrânicas. Davis aponta dois exemplos extremos da evidente ausência de recurso a qualquer espécie de dados históricos, suplementares ou outros, nas etnografias do Sul da Europa: «[...] as quatro páginas de história de Kenny pouco mais esclarecedoras são do que as duas de Pitt-Rivers [...]» (Davis: 243.) Embora, nesta fase, eu possa apenas sugerir pistas de análise, mesmo assim penso que os problemas que estou a levantar são problemas de fundo numa área da antropologia que tem *de facto* à sua disposição um vasto conjunto de arquivos, tanto locais como nacionais.

A questão principal implícita neste trabalho é a seguinte: perante os relevantes dados etnográficos e da história recente, terá esta comunidade alguma vez, no seu passado, sido tão igualitária quanto hoje parece ser? E esta primeira pergunta suscita uma outra: em que medida é que mesmo as comunidades ibéricas mais visivelmente «igualitárias» tiveram qualquer espécie de estratificação? Estas questões obrigam-nos a coligir e analisar dados de base local de tal modo que se torne possível fazer uma comparação pormenorizada entre comunidades mediterrânicas específicas, outra tarefa que Davis repetidas vezes aponta como claramente *ausente* dos estudos sobre o Mediterrâneo. No tratamento destas questões terei em atenção dois elementos da estrutura social duma comunidade portuguesa: o primeiro, o trabalho gratuito recíproco e as debulhas dos cereais em Agosto, como ilustrações de um sistema de relações igualitárias entre «iguais» da aldeia, e, em segundo lugar, dois tipos de dados históricos que fornecem provas da existência, pelo menos em tempos recuados, dum sistema social estritamente hierarquizado e estratificado.

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no Seminário sobre Teoria Antropológica, realizado no Departamento de Antropologia da London School of Economics em 23 de Fevereiro de 1979. Gostaria de deixar aqui expresso o meu apreço aos Drs. Peter Loizos e Maurice Bloch pelos desenvolvidos comentários e críticas a aspectos específicos do trabalho. A Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, concedeu generoso apoio financeiro ao meu trabalho de campo. Os meus agradecimentos também ao Dr. José Cutileiro e ao Prof. Julian Pitt-Rivers pela supervisão da minha investigação nos seus passos iniciais.

O meu trabalho de campo realizou-se numa aldeia do Nordeste de Portugal, província de Trás-os-Montes (ver mapa na p. 30), entre Março de 1976 e Setembro de 1978, incluindo, no último ano, períodos de residência na sede do concelho, períodos esses dedicados principalmente a trabalho de arquivo. A aldeia está situada no concelho de Vinhais (vila que em 1970 tinha 2376 habitantes), e a noroeste da cidade capital de distrito, Bragança. Duas carreiras diárias de autocarro ligam a aldeia às capitais de concelho e de distrito. A aldeia está rodeada por outras, a distâncias de entre 2 e 5 quilómetros. Todas estas aldeias são pequeníssimas: aquela em que trabalhei tinha 57 famílias residentes, com um total de 187 pessoas em 1977. A emigração, principalmente para França e Alemanha Federal, desde 1964 que despovoou severamente as aldeias: de acordo com o censo nacional (INE, 1970), entre 1960 e 1970 a população da freguesia baixou de 973 para 566 pessoas. De qualquer modo, o exame dos arquivos da freguesia e dos censos anteriores mostra que aquelas aldeias sempre foram muito pequenas. A aldeia em questão constitui o nó central de ligação das carreiras de autocarro para as feiras quinzenais que se realizam em Vinhais, nos dias 9 e 23 de cada mês, aonde vão os habitantes da região principalmente para vender gado ou comprar produtos para a agricultura. Nenhuma família da aldeia vende qualquer espécie de produtos da sua agricultura nestas feiras: uma pequena parte das colheitas e algum gado são transaccionados numa base imediata, dentro da aldeia, com intermediários ambulantes — os «comerciantes»/«negociantes». Há na aldeia cinco telefones de manivela, não há electricidade, há uma pequena escola (que é, na realidade, um estábulo adaptado), três aparelhos de televisão a baterias (actualmente só o do pároco trabalha), uma igreja e duas tabernas. Os habitantes mais velhos são analfabetos e só quatro famílias recebem semanal ou mensalmente jornais ou revistas (nomeadamente as publicações católicas *Mensageiro de Bragança* e *Família Cristã*). A maioria dos habitantes da aldeia, com poucas excepções, dedicam-se total ou parcialmente à agricultura ou à pastorícia, incluindo o pároco e a professora. As culturas mais importantes são a do centeio (com quantidades menores de trigo), batata, castanha, vinho e milho. Sendo a maior parte dos terrenos da aldeia impróprios para o seu cultivo, o trigo é vendido ou guardado para ocasiões especiais ou para quebrar a monotonia do centeio. O porco dá a carne mais consumida.

A principal fonte de rendimento provém da venda de animais: ovinos e caprinos no caso das famílias de pastores e vitelos e leitões em praticamente todos os outros casos, incluindo os idosos que vivem sozinhos. A maior parte das casas não vendem os excedentes da sua produção de propósito, e por uma série de razões: precisam de grandes quantidades para alimentar o gado, especialmente para a engorda dos porcos no Outono; os excedentes das colheitas principais são armazenados, como medida de segurança contra possíveis más colheitas nos anos seguintes; e, além disso, há grandes quantidades de produtos que ao longo do ano são consumidos na alimentação de grupos numerosos de trabalhadores. As famílias da aldeia são, pois, exemplos da categoria geral de «pequenas propriedades familiares» que os inquéritos nacionais à agricultura referem como dedicando-se à produção para subsistência e consumo, e *não*, de forma signi-

ficativa, para venda. O carro de bois, de madeira, é o meio de transporte habitual, embora recentemente se tenham comprado três tractores (um em 1965 e dois em 1970). Acontece, no entanto, que muitos terrenos são demasiado acidentados ou demasiado pequenos para permitirem uma adequada utilização dos tractores. Há na aldeia duas ceifeiras mecânicas e uma debulhadora, propriedade de indivíduos que as alugam a outros.

Além dos três principais grupos sociais da aldeia (proprietários, lavradores, jornaleiros), a que mais adiante nos referiremos em detalhe, há um quarto tipo de ocupação que inclui os especialistas e os cargos profissionais. Todavia, todos quantos se dedicam a estas actividades prioritariamente não agrícolas são também agricultores: é o caso dos dois taberneiros, do guarda-florestal, do ferreiro, do pedreiro e dum antigo carpinteiro. Este último há poucos anos deixou a carpintaria e consegue subsistir graças a dádivas de parentes e conterrâneos altruístas, bem como a trabalhos assalariados ocasionais. A estratificação e as diferenças no que se refere a riqueza e a comportamento social não apresentam contrastes muito nítidos: em conversas sobre estatuto social, os habitantes da aldeia falam de algumas famílias «mais ricas», mas descrevem-se a si próprios e ao resto da aldeia em geral — o povo — como um grupo de lavradores pobres. À excepção da do pároco e da da professora primária as poucas posições especiais acima enumeradas, bem como a dos dois cabos de polícia que ocupam as posições relativamente pouco importantes de «autoridades» da aldeia e são ambos agricultores não particularmente ricos, não conferem nenhum prestígio social considerável aos indivíduos que as detêm. Tal como na aldeia castelhana de Valdemora, estudada por Freeman (1970), e na aldeia raiana portuguesa de Rio de Onor, a estrutura interna desta aldeia demonstra características notáveis duma estrutura igualitária, *não estratificada*. À primeira vista, não há aparentemente qualquer estrutura «de classe» dentro da aldeia, não obstante as grandes diferenças quanto ao tamanho das terras possuídas. Não há quaisquer laços visíveis de patronato articulados no âmbito da aldeia ou entre aldeias e a forma principal de relação social que se estabelece em situações extrafamiliares é a ajuda mútua, de natureza cooperativa ou festiva: a cooperação é vista pelos participantes como um laço voluntário, se bem que necessário, estabelecido entre iguais, económica e socialmente considerados.

A ausência de quaisquer disparidades flagrantes de *status* ou riqueza na aldeia é visível também numa série de estruturas sociais de tipo igualitário. Entre essas estruturas contam-se:

- a) Quatro azenhas que são propriedade de toda a aldeia («moinhos do povo»);
- b) Três fornos de pão («fornos do bairro»), cada um dos quais pertence e é utilizado e reparado por um grupo de famílias que correspondem de perto, embora não exclusivamente, ao bairro da aldeia em que os fornos estão situados;
- c) Terra comunitária («baldio»), que qualquer residente da aldeia pode utilizar para cortar mato, apanhar lenha ou apascentar o gado;
- d) Seis poças para rega, propriedade conjunta de vários grupos de famílias;

- e) O conselho de aldeia, constituído pelo chefe masculino de cada família residente e que se reúne para discutir e resolver questões de interesse comum da aldeia.

Outro tipo de estrutura comunitária é a prática tradicional de pastoreio de rebanhos em restolho. Qualquer rebanho da aldeia tem o direito a pastar na terra ceifada de qualquer outro residente durante o período que vai desde as colheitas e transportes (Julho) até às sementeiras de Outono. É talvez esta uma das razões que explicam a inexistência de muros ou sebes à volta dos campos de cereais. Outra é a necessidade de deixar passagens abertas para carros de bois e tractores ao longo das margens e, muitas vezes, dentro dos próprios campos. O direito a pastorear no restolho é estritamente limitado aos rebanhos da aldeia; *Actas* da Junta de Freguesia do dealbar do século (Junta de Freguesia, 1872) mencionam os montantes das multas aplicadas por um «guarda rural» remunerado a donos de rebanhos de aldeias vizinhas apanhados dentro dos limites de alguma propriedade da aldeia. A prática do pastoreio no restolho, referida num documento datado de 1718 (Tombos, 1718) relativo a uma freguesia próxima como «uma prática antiga da terra», e especialmente a de sanções punitivas contra a intrusão de estranhos, sugerem, por outro lado, características da «comunidade corporativa fechada» descrita por Wolf (1966) no Mediterrâneo e na América Latina. Pierre Birot, falando da província portuguesa de Trás-os-Montes, referiu-se também à extensão geográfica dessas comunidades corporativas:

«A nudez do terreno submetido à pastagem inculta — os particulares não possuem o direito de fechar os seus campos de centeio para não impedirem os deslocamentos dos rebanhos após a ceifa — e o *habitat* agrupado assemelham Trás-os-Montes aos campos abertos do Nordeste da França, os quais traduzem na paisagem a persistência das instituições comunitárias tradicionais que regem a vida pastoril e o sistema de afolhamento. Cada aglomerado humano tem um conselho de notáveis que decide qual o emprego do tempo dos aldeões, como funcionamento do forno público, começo da ceifa, ida dos rebanhos para a montanha, distribuição da água de irrigação dos lameiros, operações de policiamento e, até, de justiça [...] Assim, este tipo de organização agrária não era privilégio da Europa Central e Setentrional [...] o Norte da Península Ibérica é mais um exemplo. [Birot, 1950: 84-85.]»

Outro aspecto da aldeia que tem a ver com a estrutura comunitária é a organização social do trabalho cooperativo. A braços com uma série de sobrecargas de trabalhos agrícolas em várias épocas do ano e incapaz de os executar independentemente com a escassa mão-de-obra disponível no seu seio, cada família tem de recrutar grupos de ajudantes que executem essas tarefas. Embora este sistema de trabalho aproximadamente equivalente trocado entre iguais (chamado «tornajeiras», o que à letra significa «um dia de trabalho trocado») se observe mais claramente durante os três principais acontecimentos colectivos de cada ano (a debulha dos cereais, em Agosto; a vindima, em Outubro; a matança do porco, em Novembro e Dezembro), os trabalhos gratuitos recíprocos repetem-se ao longo do ano em actividades como a sementeira da batata, a ceifa e transporte

dos cereais, a preparação do feno, a adubação das terras, a cava das vinhas e aquelas tarefas mais importantes ao nível da aldeia, que são organizadas pelo conselho da aldeia: a limpeza das valas de rega, a reparação dos moinhos, dos caminhos, dos muros públicos, etc.

Estes intercâmbios mostram que os habitantes da aldeia não são, como a si próprios se apresentam, «muito prestáveis para quem quer que seja», nem necessariamente, no outro extremo, sovinas calculistas que mantêm registos escritos da ajuda dos outros para futura retribuição¹. A essência do sistema da «tornajeira» situa-se algures entre dois extremos: conforme muitos afirmam, «Eu ajudo X num dia e ele/ela ajudar-me-á noutro, *mas não sei exactamente quando.*» Segundo o esquema de Sahlins (1965), as trocas recíprocas entre não parentes, conterrâneos e conhecidos são as que, de modo geral correctamente, se consideram as formas de reciprocidade «equilibrada», de âmbito que ultrapassa os limites do agregado familiar, mas raramente ultrapassa os limites da aldeia. As relações de cooperação podem variar, e variam, de ano para ano e de tarefa para tarefa; no entanto, há normalmente para cada família um grupo fixo de cooperantes, como veremos no caso das debilhas. Para além daquelas oportunidades, raras, em que a aldeia inteira se reúne (sendo cada família representada por uma pessoa), há inúmeros exemplos de subgrupos da aldeia que se reúnem, por razões quer de cooperação económica, quer de celebração festiva. Estes subgrupos, mais pequenos, dão-nos a chave da forma dominante de relacionamento social em acção dentro da chamada comunidade fechada: uma forma de ajuda mútua que utiliza simultaneamente as ideologias da consanguinidade e da amizade, aplicada através duma forma de reciprocidade «generalizada» e «equilibrada» e apoiada por ocasiões de festividade e de celebração² periódicas e com efeitos de reforço.

Detectam-se assim nitidamente cinco tipos gerais de trabalho na aldeia:

- a) *Trabalho familiar*, desempenhado por membros dum dado agregado familiar, dominado pelas obrigações de parentesco e/ou residência comum;
- b) *Trabalho recíproco*, seja sob a forma de «tornajeira», seja de qualquer outro tipo de troca de trabalho igual;
- c) *Trabalho assalariado* de base diária («ganhar a jeira»), que pode variar de 120\$ em 1976 a 300\$ em 1977, conforme a tarefa, o número de horas de trabalho (normalmente 8-11) e, em alguns casos, a inclusão ou exclusão de refeições³;

¹ Irwin T. Sanders refere, a propósito da região grega do Neohori, que «o proprietário e sua mulher mantêm uma lista de todos quantos ajudaram e nela fazem a descarga do nome dum indivíduo logo que lhe é retribuído o seu trabalho» (1955: 585).

² Na sua análise das comunidades corporativas, também Eric Wolf (1966: 85-95) refere a predominância, nessas comunidades igualitárias, da «aliança diádica horizontal multimoda». Este tipo de aliança é assumido por dois indivíduos (diádica) que se consideram socialmente iguais (horizontal) e que encetam um relacionamento que envolve múltiplas facetas de intercâmbio e cooperação (multimoda).

³ Havia pessoas furiosas com o preço de 500\$ pedido por alguns jornaleiros em meados de 1978. Este preço dizia respeito a uma «jeira molhada», em que o dono da casa dá comida e bebida, em contraste com a jeira «a seco», em que os jornaleiros levam farnel.

d) *Trabalho altruístico* normalmente oferecido por um grupo de aldeões a uma pessoa idosa ou doente, ou, em casos mais raros, a um indivíduo que pode retribuir com qualquer forma de serviço geral à comunidade;

e) *Trabalho ao nível da aldeia, determinado pelo respectivo conselho.*

As três últimas formas são raras, sendo o trabalho assalariado, no que se refere a empregadores, limitado a três casas ricas, e do lado dos trabalhadores, a um máximo de cinco homens (só três dos quais em base regular), ao passo que o trabalho altruístico se verifica com maior frequência durante as debulhas de Agosto.

II

As debulhas dos cereais em Agosto são uma das poucas ocasiões produtivas do ano em que grupos consideravelmente grandes de pessoas se juntam em trabalho cooperativo. Para além da dimensão dos grupos, três outros aspectos da debulha se salientam. Um deles é o carácter expressamente festivo da última debulha do Verão. Uma vez armazenado o cereal, acabado o extenuante processo de dois meses de ceifas, transportes e debulhas, a festa é bem merecida e toma expressão através da música, das danças e do banquete. Um terceiro aspecto diz respeito às trocas de trabalho equivalente: uma vez que todo e qualquer habitante da aldeia tem uma quantidade, por mínima que seja, de cereal para debulhar, é um cooperante potencial em qualquer outra debulha. A debulha, dada a sua dureza e a enorme quantidade de cereal a debulhar depressa e sempre a seguir, em toda a aldeia e dia após dia pelas mesmas famílias, exige que a forma de trabalho empregue tenha uma reciprocidade rigorosamente equilibrada, quase «negativa». Com efeito, ninguém é «convidado» ou «recrutado» para uma dada debulha: a pessoa pura e simplesmente vai e, pelo facto de trabalhar, cria uma contra-obrigação. Portanto, cada família *tem de* mandar os seus membros participar em cerca de trinta outras debulhas, sem o que não conseguirá fazer a sua. Em quarto lugar, a pressa é justificada pelo perigo de chover ou haver fogo. Por outro lado, a debulha dá a ideia do papel mais vasto do centeio na vida da aldeia, enquanto alimento de base e meio de troca e de pagamento. A renda das leiras é determinada a partir do número de alqueires (1 alqueire = 17 litros) que cada uma dá e não aumenta em valor. A debulha marca a data em que deve ser paga a renda; assim, uma boa parte do cereal produzido por algumas famílias é transferida em Agosto para casa dos proprietários das terras. Entre outros tipos de pagamento em cereal conta-se a avença do barbeiro, a quem os clientes semanais regulares pagam um alqueire de centeio por ano. É claro que não se limitam estritamente ao nível humano as trocas e pagamentos por meio de cereal: os animais (especialmente os porcos) comem enormes quantidades de cereal no Outono e, mesmo ao nível supra-humano, o centeio é usado pelos habitantes da aldeia como forma de pagamento das promessas aos santos. Tais promessas são pagas em alqueires de centeio em leilões locais («arremates»), reali-

zados no fim da missa de domingo em cada aldeia ou por ocasião das grandes festividades dos santos padroeiros (festas, romarias), onde se vêem mulheres transportando à cabeça, em procissão à volta da igreja, pesados sacos de centeio que chegam a levar dois alqueires.

A primeira debulha de 1976 realizou-se em 30 de Julho, a que se seguiram dezasseis dias de debulha contínua, à excepção de dois domingos. A maior debulha levou dia e meio (ver apêndice 1) e algumas das mais pequenas fizeram-se num só dia (11 de Agosto). (Lembramos que só há uma máquina debulhadora a funcionar na aldeia.) A sequência de debulhar é determinada pela localização das eiras, e não pela prioridade de qualquer família sobre as outras: em cada ano, a máquina começa na extremidade da aldeia onde no ano anterior se fez a última debulha. Assim, cada casa pode preparar convenientemente o seu grupo de trabalho, porque sabe exactamente quando a máquina vai debulhar em cada eira e quando se aproximará das suas medas. No total de 57 aglomerados familiares da aldeia fizeram-se 45 debulhas, 5 das quais foram feitas exclusivamente por mão-de-obra remunerada; houve uma casa, por exemplo (família 39 — 13 de Setembro), que pagou a doze homens 1200\$ para lhe fazerem a debulha, que demorou quatro horas. As restantes 40 debulhas foram todas feitas no sistema de trabalho recíproco. Há casas cujos residentes são pessoas sós ou idosas, que não têm debulhas porque não têm dentro de casa mão-de-obra capaz de levar a cabo o processo de produção cerealífera (lavar, semear, ceifar, transportar, debulhar). Note-se que a quantidade de cereal produzido não é indicativa de riqueza do respectivo produtor. Há que ter em conta o tamanho da família e o facto de, em muitos casos, famílias com grandes produções de cereal pagarem grande quantidade dele em rendas; a família 21 (6 de Agosto) paga de renda 100 dos 500 alqueires que colhe. Inversamente, pode haver famílias com colheitas menores que recebem grandes quantidades em rendas. Além disso, há algumas famílias que produzem principalmente para venda (famílias 33 e 18).

Para se fazer uma debulha à vontade são precisas, no mínimo, trinta a trinta e cinco pessoas. Vinte e cinco pessoas (ou doze no caso de debulhas remuneradas) podem fazê-la, mas só à custa de um esforço maior daqueles elementos que executam as tarefas mais difíceis. Por isso, o facto de não haver número suficiente de participantes é significativo da reputação dos donos da casa no que toca à retribuição de trabalho ou à «boa hospitalidade» ou boa cozinha. Os indivíduos conhecidos pela sua preguiça ou pelo pouco cuidado em retribuir ajudas recebidas terão sempre um grupo de debulhadores desagradavelmente pequeno. Todavia, não é esta a regra.

Em todas as debulhas, a organização de tarefas é muito fraca: há anfitriões que orientam os seus cooperantes que possuem habilidades especiais no desempenho de certas funções, enquanto outros deixam ao critério de cada um o trabalho que quer fazer. Certos indivíduos têm tendência a fazer o mesmo trabalho em todas as debulhas em que vão participando; só três, em toda a aldeia, são peritos na arte de armar palheiros. O organizador duma debulha, como, aliás, o organizador de qualquer grande tarefa conjunta noutras épocas do ano, é transitoriamente tratado por «patrão» pelos cooperantes presentes e as mulheres por «patroas». Estas palavras lembram o inglês *patron*, mas, na verdade, traduzem-se mais correctamente

por *boss* ou simplesmente, neste caso, por *host*, ou *task organizer*. É assim que os cooperantes, no começo de uma *debulha*, declaram: «Vou para onde o patrão/a patroa me mandar.» Portanto, a designação é transitória e rotativa, na medida em que cada chefe de família vai ser o patrão da sua *debulha*. Os anfitriões participam *sempre* no trabalho dos seus cooperantes. Há tarefas mais difíceis e perigosas do que outras. Um camponês que teve uma grande colheita e uma *debulha* de quase dois dias (31 de Julho e 1 de Agosto) resolveu, em todas as *debulhas* em que participou, trabalhar nas medas a lançar molhos de cereal com uma forquilha para dentro da *debulhadora* (uma das tarefas mais duras). E explicou a sua decisão como o desejo de «retribuir bem em trabalho» àqueles que o ajudaram na sua *debulha*, anormalmente grande.

As tarefas que uma *debulha* compreende podem agrupar-se de acordo com a localização: torna-se visível em todas as *debulhas* uma certa constância de posições individuais. Em primeiro lugar, há um grupo de três homens que sobem para as medas e lançam os molhos de palha e espiga aos três homens que estão em cima da máquina *debulhadora*: o primeiro apanha os molhos, o segundo desata-os e o terceiro mete os talos soltos na máquina. Outro grupo, de três ou quatro homens, encarrega-se do cereal *debulhado*: dois ou três carregam os sacos cheios (50-90 quilos) para casa do dono, enquanto o último fixa os sacos vazios à máquina, ata os sacos cheios e regista o número e peso dos sacos cheios e levados para armazém. Perto de um outro lado da máquina *debulhadora* vêem-se seis ou sete mulheres a transportar feixes de palha de ao pé da máquina para empilhá-los em montes, que outro grupo rotativo de oito a dez homens e rapazes têm de juntar, atar e levar à cabeça ou às costas para o palheiro, que dois ou três homens vão construindo com forma cônica, espalhando e calcando a palha à medida que vai chegando. Outras duas mulheres, junto da máquina, têm a seu cargo ajeitar a palha e juntar a moinha («coanho») num monte; estas mulheres são acompanhadas por um homem, que acama o coanho numa pilha maior. Finalmente, há mais quatro ou cinco mulheres para cozinhar as grandes refeições e uns poucos de rapazes e raparigas que levam botas de vinho e cântaros de água a todos estes subgrupos de trabalhadores. O dono da máquina e um ajudante orientam a *debulha* e participam em diversas tarefas. Uma contagem do número de pessoas necessárias para fazer uma *debulha* de dimensão média leva-nos a um total de 33 a 38 pessoas, sem contar com as crianças, que normalmente estão presentes e fazem pequenos recados.

Nas *debulhas*, as refeições são fartas; praticamente em todas as *debulhas* médias ou grandes, o prato principal é o cordeiro ou cabrito assado. Come-se ao ar livre, na eira do dono da casa, as pessoas sentadas no chão, em pedras ou em bancos de madeira. Qualquer atraso na preparação ou no servir das refeições é imediatamente notado por vários cooperantes e objecto de crítica. Mas a maior parte dos donos de casa «tratam bem os ajudantes», proporcionando-lhes quantidades suficientes de comida a intervalos frequentes. Durante as *debulhas*, principalmente nos últimos dias de cada ano, há uma boa parte de divertimento. Dança-se; os gracejos e as cantigas dão o tom de algumas *debulhas*; os mais novos tentam atar «rabos» de cordel ou de palha às pernas, cintos ou chapéus dos outros; e bebem-se grandes quantidades de vinho e cerveja.

Da análise da composição duma debilha podem-se extrair diversas características comuns à generalidade. Por exemplo, na debilha da família 22 (ver apêndice 2) estiveram 38 pessoas em 1976 e 39 em 1977. É claro que não é necessário que cada indivíduo compareça todos os anos numa dada debilha, mas as duas listas de cooperantes mostram que algumas casas (parentes, amigos chegados e cooperantes habituais) mandam mais do que um representante (casos das famílias 8, 21 e 24) e outras estão representadas por membros diferentes de ano para ano (famílias 6, 11 e 38). Foi o que aconteceu também com o casal anfitrião: em 1976, Felícia* retribuiu todo o trabalho de debilha porque Eduardo estava a trabalhar como ajudante remunerado do dono da máquina e no ano seguinte, quando Eduardo já não trabalhava na máquina, foi ele, e não a mulher, a retribuir a cooperação que lhe fora dada. É claro que há famílias que ajudam num ano e não no outro, o que pode ocorrer por várias razões, duas das quais, as mais óbvias, são a doença ou ausência da pessoa que normalmente representa a família nas debilhas da aldeia — ver nota, apêndice 2 — (famílias 23, 47 e 57) ou o rompimento de relações sociais (família 23). Neste último caso, dois vizinhos que anteriormente cooperavam muitas vezes (a família 23 e a família anfitriã) tiveram várias discussões e cortaram relações por completo, não tendo qualquer membro de nenhuma das famílias comparecido na debilha da outra no ano seguinte, 1977. Em dois casos, nas debilhas do anfitrião compareceram dois membros de cada uma das famílias 6 e 19, em vez de um. Isto acontece poucas vezes e normalmente fica a dever-se ao facto de o chefe da família decidir participar também, juntamente com o representante mais novo da família. Assim, Julião (família 19), como participou em relativamente poucas debilhas e poucas vezes mandou a filha em seu lugar, acabou por só ter 28 pessoas a ajudá-lo quando chegou a sua debilha. Outras razões para a participação de dois membros da mesma família podem ser o desejo de ter em retribuição duas pessoas da família ajudada ou, mais raramente, a participação de duas pessoas em retribuição duma debilha acrescida de qualquer outro favor.

Houve 5 debilhas em 1976 e 5 em 1977 em que não se esperava uma contrapartida imediata ou igual da parte daqueles que nela participaram. Felícia, da família 22, participou em 3 delas em 1976 e Eduardo em outras 5 em 1977. A participação de Eduardo nas debilhas das famílias 47 e 57 foi provavelmente compensada com qualquer outro tipo de serviço a seguir às debilhas, uma vez que os membros destas duas famílias estavam doentes na altura da debilha de Eduardo, mas tinham participado em outras debilhas anteriores na aldeia. Diversas razões foram adiantadas para estas excepções: no dizer dos próprios intervenientes, «eles ajudaram-nos noutras alturas do ano, por isso nós ajudamo-los agora», «eles não são realmente lavradores e portanto não têm quem mandar às nossas debilhas» e «são boas pessoas». No entanto, não podemos perder de vista que os residentes pertencentes às famílias 7, 53 e 29 são, respectivamente, comerciante, comerciante e pároco — todos eles considerados capazes de «retribuir um favor» aos habitantes da aldeia noutras alturas do ano. Não encontro

* Todos os nomes de pessoas foram completamente alterados, tendo sido escolhidos de Registos Paroquiais de Trás-os-Montes referentes a indivíduos dos séculos XVIII e XIX.

qualquer explicação para a debilidade aparentemente gratuita feita à família 28, constituída por um guarda-fiscal reformado, sua mulher (que é tia do padre) e duas filhas solteiras de meia-idade. Este tipo de ajuda, aparentemente sem contrapartida, é muito raro. Só 2 outras debilidades em 1976 tiveram idêntico cariz. Uma delas (família 20 — 5 de Agosto) foi jocosamente classificada por alguns participantes como «debilidade de esmola», dado que a família em questão era muito pobre e geralmente posta a ridículo por várias outras famílias: embora o elemento adulto masculino participasse noutras debilidades, a sua participação não era considerada capaz. No segundo caso tratou-se duma pequena debilidade (família 35 — 13 de Agosto) executada por um grupo já constituído a favor do ébrio da aldeia. Outro caso em que não houve reciprocidade directa foi o de Cristela (família 16). Cristela, uma pobre mulher solteira que vive com a mãe doente de 89 anos, participa em várias malhas a troco do direito de levar uns feixes de palha de cada casa para as suas pocilgas.

Na composição de uma debilidade é evidente a existência de dois grupos de indivíduos: um, constituído pela família anfitriã e seus amigos íntimos e parentes, o outro formado pelos conterrâneos recrutados apenas para a execução daquele trabalho. É isto porque a debilidade obriga cada família a entrar em intercâmbios com famílias de fora do seu grupo de cooperantes regulares e de longa data. Qualquer família tem de recorrer temporariamente a muitos mais conterrâneos para a debilidade do que noutras alturas, em que recorre ao seu grupo amplo de potenciais ajudantes de «curto prazo» ou ao grupo mais restrito de relações de amizade ou parentesco, de «longo prazo» (Bloch, 1973). As pessoas que ajudaram nas debilidades de Eduardo e Felícia, ou são parentes em diversos graus da dona da casa (Eduardo veio casar na aldeia), ou vizinhos e amigos da mesma zona da aldeia, ou conterrâneos de outras zonas da aldeia (ver anexo 2). A família 8 e o Avelino da família 14 foram convidados (segundo afirmou Felícia) apenas com base no seu parentesco com Felícia. Se exceptuarmos a participação na debilidade e na matança do porco (ou em actos festivos, como baptizados e casamentos), muito pouca cooperação económica se observou entre as famílias 8 e 14 e a família anfitriã. Tal se deve ao facto de viverem noutro ponto da aldeia e à relativa auto-suficiência com que levam a cabo as suas tarefas agrícolas, dada a sua grande dimensão — ambas as famílias têm seis membros, em ambos os casos de três gerações. Em contrapartida, as famílias 24 e 25 (ambas vizinhas muito próximas) foram convidadas em função de relações de cooperação de longa data ou de amizade. A família 21 insere-se nos dois casos: além de serem primas, Felícia e Leocádia entreajudam-se ao longo do ano nas suas tarefas. Uma forte componente de empréstimos recíprocos acompanha esta entreajuda em trabalho. Eduardo, que é pastor, junta a sua mula com a de Matias (família 24) para lavrar os campos de ambos. As casas de Eduardo e de Leocádia, prima de sua mulher (família 21), têm em comum um muro de pedra; além disso, uma das pocilgas de Elias fica nos baixos da casa de Eduardo. A maior parte das actividades quotidianas de cada uma das casas do bairro ouve-se facilmente em todas as outras. É normal ver qualquer das crianças das famílias 21, 22, 24 e 25 a comer em qualquer das casas dos vizinhos, principalmente, embora não exclusivamente, em dias de intercâmbio de trabalho, sem curar de saber se as crianças ajudaram ou

não o dono da casa onde estão a comer. Das restantes três famílias que vivem no mesmo bairro, nenhuma tem relações de parentesco com os donos desta casa nem com eles colabora no resto do ano. O que não exclui casos de ajuda esporádica entre eles, nem a existência de laços de cooperação de longa data entre estas três famílias e qualquer das outras do mesmo bairro. O ponto essencial a referir é que os anfitriões não têm com estas três famílias qualquer relação firme e constantemente reforçada que traduza as obrigações inerentes ao parentesco ou à amizade e cooperação económica. Daí que, embora possam malhar juntos, não colaborem normalmente em outros trabalhos.

Do mesmo modo, a parte festiva das debulhas não abrange normalmente todo o grupo de participantes no trabalho de debulhar, mas apenas o grupo de parentes e amigos íntimos, que normalmente comparecem com todo o seu agregado familiar. A chegada de grande número de emigrantes que vivem em França e na Alemanha, por volta de meados de Agosto, dá mais um contributo para o carácter familiar das debulhas. Há emigrantes que normalmente se abstêm de participar no trabalho exaustivo da debulha e outros que participam mesmo: mas todos estão presentes nas debulhas dos seus familiares. Em casa da família 22, membros das famílias 8, 21 e 24, não só participam activamente na debulha propriamente dita, como ajudaram na confecção da refeição, contribuindo para o ambiente superlotado e agitado da cozinha (crianças, animais, etc.). É entre estes grupos de íntimos, que, significativamente, são normalmente os mesmos que participam na matança do porco, na vindima e na apanha da batata, etc., de cada dono de casa, que no princípio e durante as debulhas se gera o ambiente festivo. E são estes mesmos indivíduos que normalmente ajudam nas tarefas menores que se seguem à conclusão da debulha; é normal que os outros conterrâneos que vêm ajudar na debulha cheguem ligeiramente tarde ou se vão embora logo que se acaba de debulhar. Finalmente, há outro tipo de relação social que intervém no intercâmbio de debulhas: as relações hostis entre indivíduos (e entre famílias) que não se falam. Se A e B estão de relações cortadas e, portanto, não participam na debulha um do outro, isso não impede que ambos compareçam a debulhar em casa de C. Em tempos passados, podiam ter trabalhado frente a frente nas duas filas que se formavam para bater alternadamente o cereal com o seu malho de madeira, como acontecia quando a malha era manual. Por isso, as malhas eram cenário, principalmente antes da compra da debulhadora mecânica, que se verificou por volta de 1945, da manifestação de profundas hostilidades que, no dizer de habitantes da aldeia, se deviam tanto a animosidades de longa data como à competição e ao excesso de calor e de vinho.

No que concerne ao trabalho feminino, ou, mais concretamente, ao grau de igualdade entre homens e mulheres com respeito a certos tipos de trabalho, podemos alinhar aqui alguns pontos preliminares. Nas debulhas, as mulheres só participam em três tarefas: juntar a palha à medida que sai da máquina, varrer o coanho para montinhos e cozinhar. Todas as outras tarefas são consideradas «de homem» e nunca são executadas por mulheres. Todavia, o trabalho das mulheres é considerado igual ao dos homens para efeito de representação da família: isto é, nunca há preferência por que seja o homem, e não a mulher, a representar a família nos trabalhos da debulha. A divisão por sexos das tarefas nas debulhas não é

necessariamente extensiva a outras tarefas agrícolas ao longo do ano. É evidente que há tarefas que são consideradas «pesadas» e tradicionalmente masculinas, mas muitas mais são as que homens e mulheres executam com igual facilidade. É possível, por exemplo, ver uma rapariga a guiar o tractor do pai na lavra; embora se trate de um trabalho «masculino», nunca a ridicularizaram abertamente por isso. A prioridade dos agricultores vai para a produção e para a rápida execução dos trabalhos urgentes, sem se preocuparem com a idade ou o sexo das pessoas; esta rapariga mereceu o apreço de homens e mulheres como trabalhadora exemplar. É indiscutível que as mulheres *não* são relegadas para as tarefas da lida da casa e do cuidar dos filhos; as mulheres casadas participam com os homens no intercâmbio de trabalho, e não necessariamente ao lado dos maridos nas mesmas tarefas, nem sequer nos mesmos grupos. A separação rígida de sexos detectada na aldeia de Vila Velha, no Sul de Portugal, e expressa na frase «a mulher em casa, o homem na praça» não se aplica de todo nesta aldeia do Norte (Cutileiro, 1971: 107). Excepções à regra de as mulheres trabalharem no campo são algumas proprietárias abastadas e a maioria das mulheres de emigrantes que vêm à aldeia, em férias, em Agosto e não participam em trabalhos agrícolas. Aparentemente não se verifica uma substituição dos maridos pelas respectivas mulheres nos trabalhos agrícolas em consequência da emigração masculina. Os números do Censo de 1970 apontam, à escala concelhia, para tantas freguesias com menos mulheres (em relação a 1960) como com menos homens. No caso desta freguesia houve de 1960 para 1970 um decréscimo de 404 pessoas na população residente, que passou para 273 homens e 293 mulheres (INE, 1970). Por outro lado, quando as mulheres (normalmente quando simples conterrâneas, e não parentes ou amigas chegadas dos donos da casa) se integram num grupo para trabalhar no campo (a apanhar batatas, a vindimar, etc.), não há separação física entre elas e os homens durante o trabalho ou às refeições. Estas mulheres (ao contrário das que cozinham e servem) sentam-se com os homens nos campos ou à mesma mesa e não participam nos trabalhos da cozinha ou no servir. Quando lhe perguntei quem tinha mais autoridade em casa e nos trabalhos do campo, uma mulher respondeu ironicamente: «Ambos devem mandar. As mulheres que são espertas mandam em tudo, nos maridos e nas terras, mas as que deixam os homens mandar *nelas* é porque são burras.»

Esta descrição suscita uma questão prévia: em que medida poderemos interpretar a estrutura dos grupos de trabalho nas debulhas como indicador de relações de igualdade entre coabitantes da aldeia? Estaremos aqui perante outra daquelas comunidades europeias «marginais» a que Davis se refere na sua análise da constante frase com que os montanheses se dirigiam ao antropólogo: «Aqui somos todos iguais»? E formulo uma segunda pergunta: em que medida é que as relações equilibradas ou igualizadas entre conterrâneos de hoje são um fenómeno historicamente particular, tornado mais usual nas últimas décadas em resultado de um processo geral de igualização da aldeia como consequência da emigração? Proponho-me aqui fazer um esforço preliminar no sentido de relacionar uma forma de trabalho com um sistema de estratificação, seguindo a sugestão de Davis de que os etnógrafos do Mediterrâneo, duma maneira geral,

«não curaram de demonstrar como um sistema contemporâneo se pode relacionar com o que se sabe dos seus precursores» (Davis, 1977: 6).

A literatura etnográfica relativa ao trabalho recíproco na Europa dá-nos algumas pistas. Resumidamente, são cinco os pontos principais sobre trabalho cooperativo tradicional que se podem extrair da literatura existente, reconhecidamente escassa.

Em primeiro lugar, os autores, na sua maioria, distinguem dois tipos de trabalho cooperativo:

- a) Grandes jornadas festivas de trabalho, patrocinadas por um anfitrião rico e em que o trabalho dos cooperantes recrutados é imediatamente pago com o festim;
- b) A simples troca de trabalho entre grupos mais pequenos constituídos por indivíduos de nível económico e social relativamente igual (Erasmus, 1956; Moore, 1975).

Os autores concordam em que a simples troca de trabalho tende a verificar-se nas camadas inferiores e médias da escala económica, com o ajustamento entre famílias de algumas, embora pequenas, diferenças quanto a dimensões de propriedades e mão-de-obra na casa, e que esses grupos se constituem normalmente para as actividades agrícolas de ponta. Há casos mistos de trabalho gratuito e trabalho remunerado, embora aparentemente o trabalho assalariado implique uma relação não recíproca e não igualitária (Kimball, 1949), e portanto negue a base do trabalho gratuito recíproco. Tarefas idênticas são objecto de intercâmbio por períodos de tempo idênticos, embora se trate duma regra flexível e adaptável a uma relação contínua de reciprocidade de múltiplas tarefas que deveria idealmente permitir uma situação de deve e haver permanente e mutável, caracterizada por desequilíbrios temporários.

Outro ponto comum às diversas análises é a importância dada aos efeitos psicológicos positivos dos grandes grupos de trabalhadores. Assim é que, em virtude de trabalharem juntos, se gera entre eles um «espírito competitivo» (frequentemente acompanhado do consumo de grandes quantidades de vinho e dos trejeitos humorísticos dos «brincalhões») (Moore, 1975), e bem assim uma série de sensações de satisfação pelo objectivo alcançado frequentemente e num período curto. Entre outros efeitos especiais do trabalho em grupo conta-se a música e o canto; vem-nos à memória a grande variedade de tipos de cantares tradicionais adequados a determinadas tarefas agrícolas, entoados por grupos de trabalhadores para afastar a monotonia. No contexto português, Oliveira vê nas festas de trabalho da região do Minho expressões de coesão e solidariedade na aldeia e «da afectividade e do ludismo da gente dessa província» (1955). E também ele refere como constante destas festas de trabalho a competição, as grandes refeições, as danças, a música e o erotismo.

Em terceiro lugar, um ponto abordado por dois autores com tendências vagamente estruturalistas: Blaxter (1971) vê o trabalho gratuito recíproco numa aldeia de França como sendo a resolução de dois grupos de forças opostas — por um lado, o ideal da cooperação e *bonne volonté* à escala da aldeia, por outro, a desanimadora realidade da luta pela independência individual e a omnipresente *jalousie*. A reciprocidade resolveria o conflito

entre estes dois extremos. De idêntico modo, quanto às aldeias da Galiza, em Espanha, Lisón-Tolosana (1973) vê assim o trabalho recíproco:

[...] esta troca recíproca de trabalho [...] compele a cooperação e reforça a solidariedade vicinal [...] faz-se uma cerimónia de toda a espécie de colaboração nos campos dos vizinhos; festeja-se no local com pandeiros, danças, cantigas, trocas de ramos de flores entre rapazes e raparigas e piqueniques [...] (estes são a consequência da) tendência antagónica que esta ritualização se esforça por combater — ou seja, a separação, oposição e competição entre casas, que são estruturais. [1973: 826.]

Um quarto ponto comum é a interpretação do trabalho festivo e recíproco como aspectos das economias rurais «tradicionais», «familiares» e, como tais, destinadas a desaparecer com o aumento da produção e seu encaminhamento para a venda, a introdução das máquinas e a preferência pelo trabalho assalariado, mais «eficiente». Assim é que Kimball defende, a propósito dos agricultores do Michigan, que a «agricultura científica» irá «libertar os camponeses uns dos outros» e Sanders entende que a eficácia económica supera os laços familiares na região grega de Neohori (o problema dos parentes que são recrutados para trabalhar, mas são *maus* trabalhadores): os valores familiares «tradicionais» estão a mudar com a «comercialização da sociedade» (Sanders, 1955). Claro que isto faz pensar nos casos atípicos de comunidades corporativas, como os que Freeman (1970) e Brandes (1957) estudaram na região centro de Espanha, onde, em resposta à comercialização e à mecanização, a emigração de grandes contingentes de mão-de-obra outra coisa não fez do que reforçar ainda mais, e tornar mais frequentes, os laços de cooperação entre habitantes da mesma aldeia.

Um quinto e último ponto referido por alguns autores é a estrutura de desigualdades subjacente às relações, nas jornadas de trabalho, entre anfitrião e trabalhadores. No seu artigo sobre o desaparecimento do trabalho cooperativo, Erasmus refere o uso de feitores como intermediários nas jornadas festivas de trabalho na América Latina: a presença do feitor recorta nitidamente o anfitrião como «patrão» perante os cooperantes recrutados, assim salientando ainda mais a sua superioridade económica em relação aos que vêm ajudá-lo (1956: 448). Referindo outras desigualdades, Erasmus salienta que, embora o intercâmbio de trabalho gratuito se pratique entre pequenos agricultores e meeiros, «o trabalho festivo reduz as diferenças de riqueza e nível social, mas predominantemente numa direcção, na medida em que os benefícios do trabalho vão geralmente para o lado dos níveis superiores e as recompensas festivas para o dos inferiores» (1956: 457). Além disso, para promover uma jornada festiva de trabalho é preciso ter bastantes posses. Sahlins, por outro lado, menciona o padrão de troca ricos/pobres ao registar a reivindicação que os trabalhadores fazem a propósito do fruto do seu trabalho numa jornada festiva: a ajuda dos ricos aos pobres deve ser maior para manter a sociabilidade (Sahlins, 1976: 211; 219). Ambos os autores citados apontam aspectos de trabalho cooperativo que são indicativos de reciprocidade desigual, e não igual.

III

É altura de desviar o ângulo de incidência do presente trabalho da horizontal para a vertical. É patente que ainda não entrei em linha de conta com a questão mais vasta da estratificação e das classes e com os efeitos das transformações históricas sobre a estrutura dos grupos cooperantes da actualidade. Lembro-me de muitos camponeses se referirem ao «passado de miséria». Afirmam alguns deles que, antigamente, «toda a aldeia trabalhava para três casas ricas». Quando lhes perguntei se o sistema de «tornajeira» era prática tradicional desta aldeia e das aldeias vizinhas, responderam que sim: constantemente me davam explicações das quais se depreendia que o trabalho gratuito e recíproco sempre foi uma característica da economia da aldeia — «sempre nos ajudámos uns aos outros». No entanto, a emigração, com o consequente despovoamento da aldeia, veio sugerir a possibilidade de se passar a contar mais com as grandes jornadas de trabalho em grupo devido ao decréscimo do número de residentes de cada família. As famílias viram-se incapazes de atingir os objectivos de produção com a mão-de-obra da casa, pelo que chamaram parentes e amigos e fizeram intercâmbio de trabalhos. Como fontes possíveis de informação susceptíveis de contribuir para a reconstituição do passado recente da aldeia e do relacionamento entre os principais grupos sociais no seu seio, temos o Registo Paroquial ⁴, o Rol de Confessados ⁵ e os registos de impostos de 1851 ⁶ e 1892 ⁷. Conseguimos registos completos da paróquia de 1870 a 1978. Uma constante fundamental observável ao longo dos anos nos documentos é a divisão dos grupos socioprofissionais da paróquia. À parte um certo número de categorias sociais menos frequentes (administrativos locais, professores primários, criados, latoeiros, ciganos), distinguem-se três grupos principais. A maioria dos habitantes da aldeia, hoje em dia, referem-se a eles próprios como «lavradores». A posse de uma parelha de animais de tiro é elemento definidor; a palavra *lavrador* deriva do verbo *lavar*. Estas famílias possuíam normalmente terra suficiente para alimentar o agregado familiar com o seu próprio trabalho e a ajuda de parentes, vizinhos e outros conterrâneos. Acima dos lavradores estavam os «proprietários», que possuíam terras suficientes para dar de renda uma parte delas e ter ao seu serviço grupos de trabalhadores e criados residentes para tirar a máxima produção das suas propriedades. Abaixo dos «lavradores» estavam os «jornaleiros», trabalhadores pagos ao dia. Devido à emigração, à meca-

⁴ Registo Paroquial é o registo dos baptismos, casamentos e óbitos realizados nas quatro aldeias da paróquia entre 1870 e 1978. Encontrámos um livro isolado que cobria os anos de 1703-33.

⁵ Rol dos Confessados é a lista dos agregados familiares da paróquia, incluindo nomes, idades, profissões e informação religiosa dos indivíduos que compunham esses agregados: 1886-1909, a intervalos de 2-3 anos. Idêntica listagem foi efectuada na paróquia relativamente ao período de 1940-44 («Status Animarum»).

⁶ Caderno de Recenseamento dos Eleitores — 1851: lista dos chefes de família do concelho, com informação de profissões, habilitações literárias, estado civil, idade e contribuição paga (décima).

⁷ Lançamento Parochial de Impostos Directos e para Instrução Primária — 1892: idêntico ao registo de décimas de 1851, com enumeração de vários tipos de contribuições.

nização parcial e à compra de vários pedaços de terra por parte de antigos jornaleiros, pode-se dizer que hoje em dia alguns destes melhoraram bastante a sua situação tornando-se «lavradores»⁸.

Antigamente, os criados viviam em diversos tipos de agregados, não necessariamente sempre nos dos proprietários, embora as casas de proprietários com poucos membros da «família» residentes fossem mais susceptíveis de ter três ou quatro criados do que os lavradores ou jornaleiros. Alguns grupos domésticos eram frequentemente compostos por uma forma de grupo alargado de dois casais, filhos desses dois casais, tios e tias solteiros e criados — aquilo a que Wolf chama «a franja de familiares e ajudantes» (1966: 65). A presença dum certo número de indivíduos solteiros e idosos sugere a possibilidade de preferência, durante estes anos (nas famílias de proprietários), pela herança indivisa em vez de divisa. Este indício é evidente, por exemplo, na composição de uma das famílias arroladas no Rol dos Confessados da paróquia em 1895: dele constavam os ocupantes, suas idades e mais algumas informações:

Inácio Ferreira		Casado	Lavrador	72	cc(a)	†(b)
Ângela Vieira	m. ^r	»	»	68	cc	†
Manoel Jozé	f. ^o	Solteiro	»	46	cc	†
Bento Cândido	f. ^o	»	»	32	cc	
Silvestre Ferreira	f. ^o	»	»	30	cc	
Antónia Ferreira	f. ^a	»	»	48	cc	†
Jacinta		»	Criada	26	cc	
Susana		»	»	20	cc	
Pascoal de Souza		»	»	21	cc	
António		»	Pastor	23	cc	†

(a) Confissão / comunhão.

(b) Confirmação (crisma).

(c) Mulher.

(d) Filho.

(e) Filha.

Um problema relativo às trocas de trabalho cooperativo que estes dados de 1895 levantam é a questão da dependência. Até que ponto é que, dada a estrutura tecnológica e económica da aldeia naquela época, esta maioria de famílias mais pobres, de jornaleiros, eram forçadas pelas condições locais a envolver-se em relações *desiguais* de produção com as famílias de proprietários, ao contrário das relações iguais de trabalho em que as famílias de «lavradores» participam e participaram antigamente? Por outras palavras, até que ponto os agregados de jornaleiros forneciam a mão-de-obra necessária às famílias mais ricas sem a retribuição «equivalente» destas em espécie ou serviços? Os mais pobres deram-nos contínuas pistas quanto a esta situação:

[...] não tínhamos terras e por isso tínhamos de trabalhar para os mais ricos; eles não nos pagavam em dinheiro, mas davam-nos vinho ou um pão quando nós precisávamos.

⁸ Em 1978 uma análise detalhada de todas as 57 explorações da aldeia revelou que: os 4 proprietários possuíam propriedades entre 35 e 51 hectares cada um, os 20 lavradores entre 6 e 30 hectares, e os 31 pequenos agricultores menos de 6 hectares. As duas outras casas eram dum lavrador que cultivava os terrenos do pai, e do camionista, que não possui terras na aldeia. O tamanho médio de todas as explorações da aldeia é assim 9,34 hectares.

Por isso, alguns antigos jornalheiros concluíam que era melhor ser criado ou pastor residente, ou um assalariado permanente a trabalhar numa ou para uma casa rica, porque assim se comia e bebia muito melhor do que na sua própria casa, com o que dava a sua terra insuficiente.

Uma rápida olhada por algumas estatísticas de um inquérito agrícola feito na província de Trás-os-Montes em 1954 dá mais indicações de desigualdades sociais no concelho de Vinhais em anos atrasados. Tanto ao nível provincial como concelhio, eram quase tantas as propriedades agrícolas referidas como proporcionando produtividade insuficiente para a subsistência do grupo familiar que as cultivava como as que eram exclusiva e suficientemente cultivadas pelos seus «dono e familiares» («famílias perfeitas»). No concelho de Vinhais, de um total de 3747 propriedades, 1796 eram cultivadas por «famílias autónomas», enquanto 1735 eram insuficientemente produtivas («famílias imperfeitas»), isto é, propriedades que davam produtividade insuficiente para a subsistência do grupo que as cultivava, o que obrigava este ao trabalho assalariado em busca de receita suplementar⁹.

O tamanho das propriedades era particularmente pequeno. Segundo as estimativas, a maioria das propriedades agrícolas de toda a província ocupavam uma área de 1-3 hectares (25 665), sendo menor o número de propriedades que ocupavam respectivamente 0-1/4 de hectare (15 014), 1/2-1 hectare (13 183) e 3-5 hectares (11 086) (INE, 1955). Da mesma forma ao nível do concelho, a maioria das propriedades (1198) ocupava 1-3 hectares, sendo menor o número das que ocupavam 5-10 hectares (794) e 3-5 hectares (691). Só uma ocupava 100-200 hectares e, ao nível da província, só uma foi classificada com área de 200-500 hectares. É instrutivo comparar o número de quintas muito grandes nesta região de Portugal com os dados de Cutileiro relativos ao Sul do País, no Alentejo: numa só freguesia do distrito de Évora havia 12 proprietários com explorações de 100-500 hectares e 3 outras com mais de 500 hectares cada um (Cutileiro, 1971: 42). Os meios de produção (tração animal, mecânica ou ambas) utilizados nas propriedades agrícolas de Trás-os-Montes eram, na maioria dos casos, apenas animais, embora houvesse um número surpreendente delas (46 080) que não dispunham de meios animais nem mecânicos. No concelho de Vinhais, só em duas propriedades era referenciada a produção com meios animais e mecânicos e só em uma a plena mecanização. Isto explica os 3 tractores recenseados no concelho: a província tinha ao todo 36. Mesmo tendo em conta as inevitáveis imprecisões das estatísticas nacionais na análise empírica de zonas localizadas, é possível ter uma ideia geral da dimensão das pequenas propriedades e do nível de desenvolvimento tecnológico no período imediatamente anterior à vaga de emigração para França e Alemanha que se verificou nos princípios da década de 60. Do meu ponto de vista, estes dados, considerados conjuntamente com uma análise dos grupos sociais mencionados no registo paroquial, não apontam para um

⁹ «Empresa familiar (ou simples) — quando o empresário é um produtor autónomo que fornece o trabalho (próprio ou familiar) e capitais. A empresa familiar é 'perfeita' se o empresário e a família conseguem viver exclusivamente do rendimento da exploração; é 'imperfeita' se o empresário ou os membros da família necessitam de trabalhar fora da exploração para suprir a insuficiência do rendimento desta.» (INE, 1955: «Conceitos», p. VII.)

contexto em que a *maioria* dos residentes da aldeia participassem no intercâmbio de grandes jornadas de trabalho colectivo indicativas duma ideologia igualitária e *não* nos apresentam um quadro de igualdade, mesmo *relativa*, entre co-habitantes da aldeia.

Voltando às debulhas, referirei agora alguns aspectos do respectivo trabalho que, claramente, não são indicativos de igualdade. Primeiro, é evidente que os cooperantes que colhem menos cereal terão de trabalhar mais horas para contrerrâneos com colheitas maiores do que estes para os primeiros. Vilfredo, da família 43 (ver anexo 1), que teve de colheita apenas 75 alqueires (11 de Agosto), o que durou menos de duas horas, tem obviamente de trabalhar mais na debulha dos 754 alqueires do Gabriel (família 33 — 31 de Julho), que durou um dia e meio, do que Gabriel, em retribuição, na debulha do Vilfredo. É mais razoável concluir que o sistema de trabalho gratuito recíproco (em casos de grande diferença de nível como este) funciona a longo prazo a favor dos mais ricos à custa de trabalho dos mais pobres, não sendo verdade que a diferença seja compensada pela maior quantidade de comida ou pelos ambientes mais festivos das debulhas dos mais ricos: Gabriel tem rendeiros nas terras que lhe sobram e vende centeio, ao passo que Vilfredo é trabalhador jornaleiro. De facto, é incorrecto considerar as debulhas nas casas mais ricas como *festas* de trabalho, a não ser nas que calham no fim do ciclo das debulhas. Em segundo lugar, para os camponeses, as debulhas hoje em dia pouco ou nada mais são do que trabalho recíproco do mais *impessoal*, em comparação com as antigas malhas manuais, anteriores à aquisição da debulhadora mecânica. Estas tinham um carácter mais festivo e chegavam a durar quatro dias consecutivos no caso de famílias abastadas. Os camponeses falam das malhas, e bem assim de outros trabalhos festivos, na seguinte frase repetidas vezes citada durante o meu trabalho de campo: «Antes havia mais alegria e menos dinheiro, ao passo que hoje há mais dinheiro, mas menos alegria.» Dos seus comentários depreendia-se que a mão-de-obra necessária para executar as debulhas manuais (nas casas maiores chegavam a ser precisos quarenta homens) era constituída por membros da família, criados residentes e jornaleiros. Como estes últimos, muitas vezes, tinham pouco cereal seu, as trocas equilibradas de trabalho dificilmente se poderiam realizar.

Em terceiro lugar, é crucial o papel dos donos dos tractores. Embora eu não tivesse conseguido obter contas detalhadas dos proprietários de tractores, o quadro geral parece ser de trocar trabalho por serviços de lavra ou de transporte. Dois dos tractoristas (ambos donos dos seus próprios tractores) nem sempre levam dinheiro por serviços prestados aos seus contrerrâneos; em vez disso, preferem ficar a haver mais ajudas para os dias ou tarefas agrícolas mais intensas. (E, de facto, nesses dias chegam a ter de mandar embora cooperantes voluntários, porque são demasiados.) Assim é que, quando Elias, um médio lavrador, se propôs pagar ao tractorista Delfim (lavrador abastado) o custo do transporte dos convidados para o banquete de baptizado dum primo, que se realizou num sítio ribeirinho próximo, Delfim três vezes recusou o dinheiro, concluindo: «Não preciso do dinheiro do Elias, mas preciso dele para me cavar a vinha.» O terceiro tractorista, meeiro da professora primária e operador da máquina de debulhar, é conhecido como o «capitalista» da aldeia. Como os três tractoristas pertencem às famílias mais ricas da aldeia, as suas concorridas

festas de trabalho podem considerar-se uma prova não só da continuação da capacidade dessas famílias para recrutar largos contingentes de mão-de-obra, mas também do modo de transformar poder económico em prestígio social.

Em quarto lugar, há outros aspectos de reciprocidade desigual que ressaltam de outras tarefas agrícolas e de jornadas festivas de trabalho mais reduzidas. A vindima de Miguel e Angelina dá-nos um exemplo:

Ajudantes	Relação com o dono da casa	Convidado/ voluntário	Permuta
30 Miguel 30 Angelina	Dono da casa Dona da casa	— —	— —
9 Filipe 9 Justina 38 Valentim 36 André	Irmão de Miguel «Comadre» de Angelina Irmão de Angelina Primo de Miguel	Convidado Convidada Convidado Voluntário	«Miguel foi à vindima deles» «Miguel foi à vindima dele» «Ajudamo-nos um ao outro quando é preciso despachar»
28 Inácia 8 Jorge 10 Rosa 10 Vital	Prima de Angelina Afilhado de Miguel «Comadre» de Miguel Afilhado de Miguel	Voluntária Voluntário Voluntária Voluntário	«Somos primas» «É afilhado de Miguel» «Miguel foi à vindima deles»
16 Cristela	Conterrânea	Convidada	«Nós damos-lhe um cesto de uvas, chouriças, pão, etc.»
50 Justino	Conterrâneo	Voluntário	«Nós emprestamos-lhe uma leira»
21 Leocádia 44 Engrácia	Conterrânea Conterrânea	Voluntária Voluntária	«Dou injeções às vacas dela» «Nós damos-lhe um cesto de uvas»

As três famílias a quem Miguel e Angelina retribuíram com trabalho de vindima (9, 10, 38) foram convidadas para a vindima deles, sendo Cristela a única excepção entre os convidados. Como a própria Angelina afirmou, convidaram Cristela para trabalhar a troco dum «cesto de uvas, chouriços, pão, etc.». (Lembre-mos de que esta Cristela é a mesma que conseguiu aparecer em cerca de 20 debulhas para poder apanhar, quando precisasse, um feixe de palha das medas do dono da casa.) Os restantes oito participantes nesta vindima eram voluntários; limitaram-se a comparecer ao início da vindima porque tinham ouvido dizer que a família 30 ia vindimar naquele dia. Se examinarmos as respostas da dona de casa Angelina à pergunta sobre a razão pela qual aquelas pessoas apareceram voluntariamente, depara-se-nos uma série de formas de permuta. Inácia e Jorge (a primeira prima direita de Angelina e o segundo afilhado de Miguel), aparentemente, ofereceram a sua ajuda com base em relações de parentesco. Rosa (comadre de Miguel) e Vital (afilhado de Miguel) também se ofereceram voluntariamente. André, primo afastado de Miguel, também se ofereceu: Angelina referiu que as duas famílias se ajudavam mutuamente nos trabalhos mais difíceis, «especialmente quando é preciso despachar», como acontecia na presente vindima por causa da chuva. Do grupo de amigos e conterrâneos participantes na vindima, Justino apascenta a mula num prado emprestado (não arrendado) pelo casal

dono da casa; Leocádia, aparentemente, retribui o favor que Angelina lhe faz, ao dar injeções nas suas vacas, ajudando à vindima dela (ou em qualquer outra tarefa); e a pobre Engrácia ajuda simplesmente para receber a paga imediata duma refeição e um cesto de uvas.

Até que ponto podemos basear-nos em depoimentos orais de informadores para definir as motivações subjacentes ao intercâmbio de trabalho? Além do mais, a família em questão é relativamente próspera, dentro da escala de riquezas da aldeia — tanto os outros habitantes da aldeia como eles próprios se consideram uma família «média» («remediada»). Dada a estrutura anterior dos agregados familiares da aldeia, poder-se-ia estabelecer aqui um quadro de intercâmbio desigual típico das relações de trabalho entre proprietários e jornaleiros sem terra? A tendência é para os membros das famílias mais pobres comparecerem nas tarefas agrícolas de ponta dos mais ricos (vindima, transporte dos cereais, etc.) em troca de pequenas dádivas em géneros. Como acontecia no caso de outra família rica, no dizer do proprietário: «Convido a Cristela e a Engrácia para me ajudarem a apanhar batatas e dou a cada uma uma cesta de batatas *porque elas precisam.*» As relações de reciprocidade entre famílias mais ricas e mais pobres não se limitam a este tipo de serviços: em anos passados era costume os mais ricos oferecerem primeiro aos mais pobres no dia de Carnaval (Terça-feira Gorda), dia tradicional de festejos e mascaradas na véspera da Quaresma. No entanto, este tipo de donativo só aparece referido às quatro ou cinco casas mais ricas da aldeia. Ambos os problemas aqui citados são-no principalmente para salientar a complexidade dos tipos de trocas e de relações sociais que podem interferir na estrutura de um dado grupo de trabalho ou duma dada tarefa agrícola. Troca-se trabalho, mas também se trocam outras coisas, e nem sempre em quantidades iguais.

Quinto e último ponto: o problema do trabalho assalariado e da dependência. À semelhança do que aconteceu a Brandes na aldeia espanhola de Becedas, também se me depararam respostas extremamente evasivas dos habitantes às minhas perguntas sobre se o seu trabalho em determinado caso seria pago ou retribuído equitativamente. Constantemente me diziam: «Nós não fazemos contas», «Se não retribuímos com o mesmo número de horas ou com o mesmo trabalho, retribuímos de outra maneira». Como é óbvio, algumas destas respostas mais não faziam do que realçar a moralidade da reciprocidade generalizada e a sua capacidade de tolerância em relação a atrasos e desequilíbrios. Mas estas respostas fazem mais do que negar a negociação comercial ou a reciprocidade meticulosamente calculada: servem também de referência a situações anteriores de trabalho dependente e desigual. Lembro-me dos comentários sobre o trabalho de vários camponeses para casas ricas: «Trabalhava para aquela casa e o que me pagavam era um cântaro de vinho e um pão, e era se fosse.» Uma mulher afirmou que hoje só se trabalha para os amigos e parentes ou para si próprio, ao passo que antes se trabalhava para o «senhor». Pode estar aqui uma explicação para o trabalho de debilidade aparentemente gratuito de Eduardo e Felícia para as famílias 28 e 29. Não seria em função de obrigações anteriores para com estas famílias que a maior parte dos cooperantes mobilizados em 3 de Agosto para as debilidades das famílias 22 e 23 começavam o dia a malhar para as famílias 28 e 29? A casa 29 (do padre) e a 28 (dum guarda-fiscal reformado) não mandam ninguém às outras malhas, mas, mesmo assim, têm quem lhes faça as suas. Ambas

recebem grandes rendas em espécie e a família 28 tem duas filhas solteiras adultas que são perfeitamente capazes de prestar ajuda na debilidade, mas não o fazem. Estas famílias governam-se melhor nas debilidades do que noutras etapas do ano agrícola, em que, por força da emigração e da relutância dos conterrâneos em trabalharem para elas, têm de contratar jornaleiros de aldeias ou lugares vizinhos. Várias pessoas noutra aldeia próxima me referiram que hoje em dia ninguém da aldeia queria trabalhar para uma das casas daquela aldeia, particularmente rica, nem que fosse com bons salários: «Eles costumavam servir os criados e os jornaleiros em mesas separadas e dar-lhes malgas de sopa fria e velha de dois dias.» E não é só porque, em consequência da emigração, estão na posse de mais terras que os antigos jornaleiros optam conscientemente por evitar o trabalho assalariado e as situações de trabalho que mesmo ao de leve sejam indicativas da dependência do passado. Todavia, os tractoristas e o pároco continuam a tradição: perante a minha insistência em perguntar-lhe por que razão ajudava na debilidade do pároco, uma mulher acabou por responder-me: «Quando há quatro anos nos casou, não nos levou nada.»

E aqui retorno ao problema do igualitarismo e da estratificação. Permite-se-me que recue um pouco mais na minha análise para sumariamente sugerir uma via possível de investigação — o problema da comunidade corporativa medieval. Davis e Wolf podem dar alguns úteis contributos nesta linha, especialmente nas suas breves referências aos recuados antecedentes históricos das estruturas mediterrânicas actuais. Davis afirma que «a distribuição desigual dos recursos materiais brutos é universal no Mediterrâneo [...] em certas sociedades há instituições através das quais os homens têm feito tentativas no sentido de eliminá-las [as diferenças materiais], de destruí-las socialmente e negar-lhes legitimidade, tentativas essas adequadamente classificadas com o epíteto de 'igualitárias'» (Davis, 1977: 125). Noutro passo, ao falar do Sul de França, afirma:

[...] as comunidades marginais, como é o caso da maioria das estudadas pelos antropologistas, não têm muito poder ou significado: «aqui somos todos iguais» parece ser a saudação universal dos camponeses serranos aos antropologistas e o que eles querem dizer é: face ao resto do mundo, somos igualmente excluídos. (1977: 71.)

Mas isto leva-nos suficientemente longe? Analisando de perto a enorme etnografia de Jorge Dias sobre esse que é o mais perfeito exemplo de estrutura colectiva em Portugal (Rio de Onor), é possível distinguir, numa breve passagem descritiva, diferenças significativas de nível económico entre famílias no seio desta aldeia aparentemente harmoniosa, isolada, não estratificada. Na altura em que foi elaborada a etnografia (1952) havia:

a) Seis famílias abastadas «que vivem bem, com boa mesa e sem grandes preocupações»; b) Sete famílias «que colhem o suficiente e não vivem mal»; c) Uma maioria de vinte famílias mais pobres «que não colhem o suficiente e têm de comprar aos mais ricos o pão que lhes falta para gastar»; d) Sete famílias «que chegam a passar fome de pão em certas ocasiões». (Dias, 1953: 166.)

De modo idêntico, Hoffman refere que, no caso das aldeias comunitárias medievais, a gestão colectiva dos recursos ou um sistema de campos abertos não eram indício suficiente de igualdade na aldeia:

Mas o sistema dos campos abertos, na sua aplicação e funcionamento, não era igualitário. O controlo comunal dos limitados recursos não estava nas mãos de todos os habitantes nem sequer, salvo excepções, nas mãos de todos os chefes de família. A assembleia de cultivadores era em todos os casos dominada, quando não monopolizada, pelos camponeses mais ricos, [1975: 62.]

Neste sentido, seria útil investigar os seguintes pontos: primeiro, se nesta região de Portugal as comunidades organizadas de camponeses estavam subordinadas a um senhor feudal ou a uma família nobre vizinha (Wolf: 91). Este grupo familiar de nobres, activo noutras regiões do Norte da Europa mediterrânica, podia funcionar como patrono duma comunidade dele dependente. Nalguns casos eram cobrados impostos da comunidade no seu todo, e não dos seus membros individuais. Também Susan Freeman aponta a relação especial entre a comunidade da aldeia e os seus «patronos»:

Está longe de se saber ao certo se, numa época anterior, a Casa de Medinaceli (vila 12 quilómetros a nordeste da aldeia) agia como patrono das aldeias que estavam sob sua jurisdição. A natureza do regime feudal nesta zona estava longe do tipo clássico reinante na Europa central e na Inglaterra. O senhor e os camponeses não estavam em contacto diário e aparentemente era a *común* (conselho da aldeia), e não os indivíduos, que lidava directamente com a Igreja e o ducado. [Freeman, 1970: 155.]

Davis afirma que o estudo de Freeman é o único registo (em inglês) duma comunidade europeia em que há «instituições de igualdade» (1977: 125). É surpreendente que as poucas análises em profundidade que existem de comunidades igualitárias ibéricas tenham de procurar (como faz Jorge Dias) explicações para a continuidade de estruturas comunitárias em teorias de «comunitarismo germânico». Omitem-se séculos em nome da teoria da sobrevivência. Talvez um pouco mais elucidativas sejam as achegas de Erasmus e Moore sobre a natureza da relação de formas de propriedade colectiva e trabalho público, à escala da aldeia. Erasmus refere que, em situações «feudais» ou de *hacienda* (o Peru, o Equador e a Inglaterra do século XIII são os exemplos de que se serve), os senhores das terras controlavam o trabalho através da propriedade, fazendo depender da prestação de trabalho o uso das terras de subsistência, das pastagens, da lenha e dos caminhos — «[...] a participação em jornadas de trabalho 'festivas' torna-se quase obrigatória e a composição dos grupos de trabalhadores pode ser claramente definida» (Erasmus, 448). Em termos idênticos, Moore refere que o trabalho aparentemente «comunal» tende a beneficiar de facto os membros da comunidade que controlam os recursos fundamentais — as estradas no caso dos tractoristas e as igrejas no caso dos padres (1975: 277).

Em França, Georges Duby assinala a distinção fundamental entre (já no século X) dois grupos de camponeses: os que tinham de trabalhar a terra à mão e os *laboratores*, que eram suficientemente ricos para ter

arado (1972: 187). Com efeito, no sistema senhorial, os arrendatários e os vassallos eram obrigados a utilizar fornos, lagares, azenhas, moinhos de vento e caminhos que, significativamente, não eram propriedade da aldeia, mas pura e simplesmente propriedade do suserano (Hilton, 1973: 109). Por sua vez, o historiador francês Marc Bloch refere:

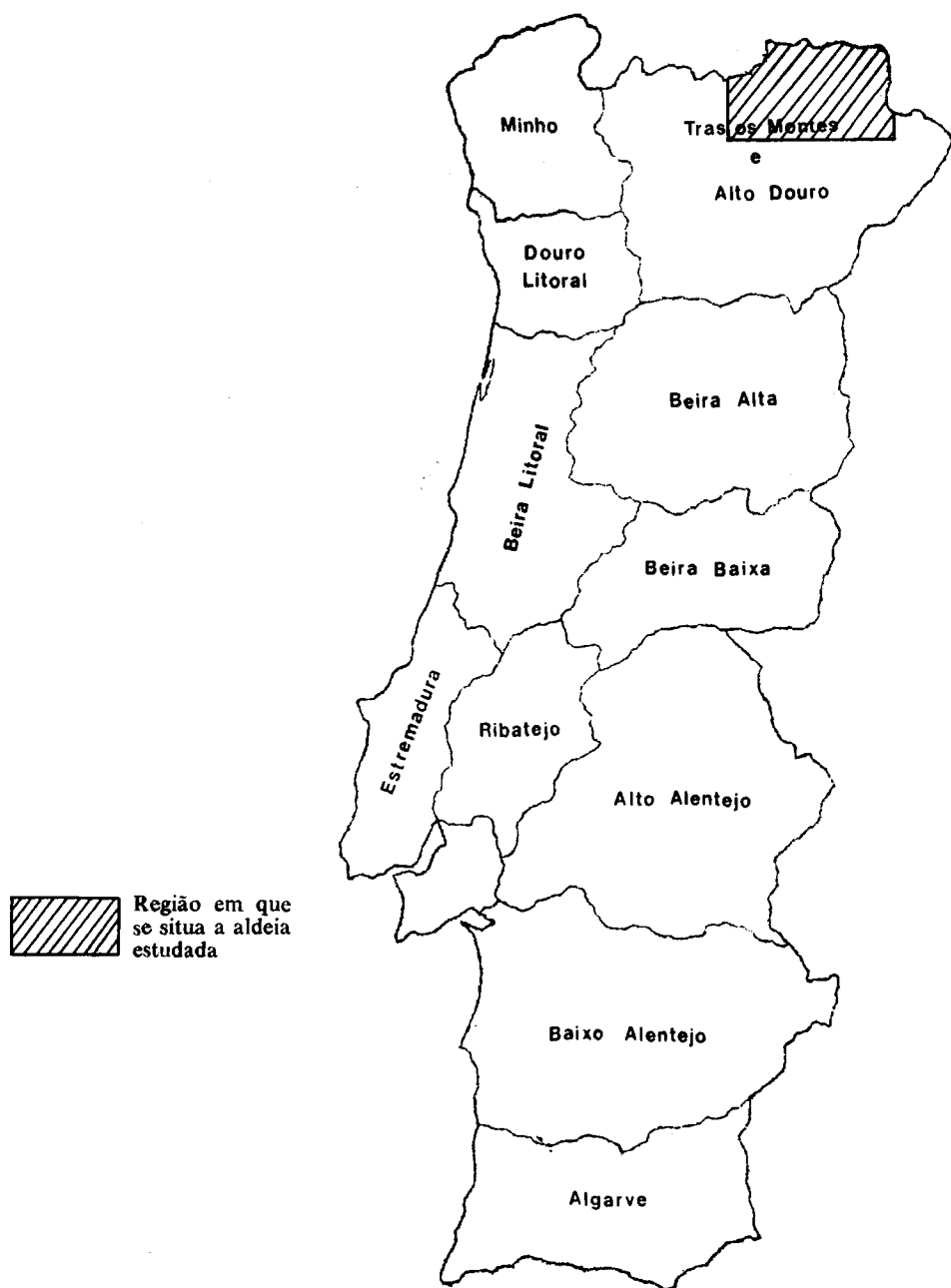
[...] os próprios campos que cultivavam não eram considerados seus em plena propriedade, nem a comunidade — pelo menos na maioria dos casos — era plena proprietária das terras sobre as quais exerciam direitos comunitários. Uns e outras eram considerados propriedades do senhor, o que significava que este, como senhor das terras, tinha sobre elas um direito superior, reconhecido através de tributos que lhe eram devidos e capaz, em certas circunstâncias, de se sobrepor aos direitos concomitantes dos cultivadores individuais e da comunidade. [Bloch, 1966: 235-236.]

Seria aqui da maior importância determinar se certas formas de serviço laboral existiram antigamente na região de Vinhais, quer para famílias ricas da aldeia quer em propriedades da Igreja¹⁰.

Para concluir, dois pontos fundamentais. Primeiro, na sua análise das relações de longo e curto prazo de cooperação no seio da Merina de Madagascar, Bloch (1973) levanta as questões das consequências económicas e políticas da moralidade do parentesco e das desvantagens para os coooperantes de certo trabalho não retribuído prestado a parentes. Tal como as relações de parentesco num extremo, as relações verticais de dependência também toleram e, aliás, se baseiam em reciprocidade desequilibrada. Neste caso, relativo às consequências morais da economia e política de dependência, como se estruturam (ou estruturavam) as relações sociais por forma a integrar o trabalho como obrigação moral ou reciprocidade «igual»? Como pode um sistema de trabalho, e das conceptualizações acerca das formas e quantidades de diversos tipos de trabalho, ser examinado diacronicamente em relação a períodos históricos diferentes? Segundo, quaisquer elementos desta comunidade que a sugerissem como representativa daquela comunidade «fechada» mítica provavelmente deram o último suspiro com a emigração ou após ela. Os habitantes da aldeia afirmam que, antigamente, «os padres e os guardas militares mandavam em tudo cá na terra», mas que a seguir à emigração «abrimos os olhos». Talvez a gritante ausência de mudanças radicais nos últimos anos seja um atestado, não da marginalidade ou da insignificância sociológica destas comunidades, mas antes do poder e influência das principais figuras locais, em reacção àquilo que à escala nacional passava por ser uma «revolução» social e política.

¹⁰ Ver Marc Bloch (1966: 235) sobre serviços laborais:

A este senhor, como lhe chamavam, os cultivadores da terra deviam, antes de mais, uma parte mais ou menos importante do seu tempo; dias de trabalho agrícola dedicados ao cultivo dos campos, prados ou vinhas do seu domínio; serviços de carga e transporte; e, por vezes, serviços de construção ou como artífices. Além disso, eram obrigados a desviar para uso do senhor uma parte considerável das suas próprias colheitas, umas vezes sob a forma de rendas em espécie e outras sob a forma de pagamentos em dinheiro, caso em que têm de começar por trocar produto por dinheiro.



Fontes: Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente*, vol. III, *Províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro*, Lisboa, 1955.

APÊNDICE 1

Debulhas (1976)

Famílias	Datas	Tipos de trabalho	Centeio (alqueires)	Trigo (alqueires)	Duração de algumas debulhas
36	30 Julho	Ajuda mútua	450	52	1 dia
34	31 Julho	Ajuda mútua	418	0	
33	31 Julho	Ajuda mútua			
33	1 Agosto	Ajuda mútua	754	0	1,5 dias
31	2 Agosto	Ajuda mútua	245	5	
32	2 Agosto	Ajuda mútua	70	30	
30	2 Agosto	Ajuda mútua	210	127	
29	3 Agosto	Ajuda mútua	79	0	
28	3 Agosto	Ajuda mútua	91	0	
22	3 Agosto	Ajuda mútua	170	0	
23	3 Agosto	Ajuda mútua	350	0	
24	4 Agosto	Ajuda mútua	164	29	
14	4 Agosto	Ajuda mútua	310	0	
19	5 Agosto	Ajuda mútua	318	82	
20	5 Agosto	Ajuda mútua	298	0	
21	6 Agosto	Ajuda mútua	500	0	9 horas
26	6 Agosto	Ajuda mútua	120	0	
27	6 Agosto	Ajuda mútua	0	25	
25	7 Agosto	Ajuda mútua	45	0	
3	7 Agosto	Ajuda mútua	272	0	
2	7 Agosto	Ajuda mútua	66	0	
1	7 Agosto	Ajuda mútua	326	15	
7	7 Agosto	Ajuda mútua	60	0	
8	9 Agosto	Ajuda mútua	250	54	
15	10 Agosto	Pago	112	0	2 horas
10	10 Agosto	Ajuda mútua	208	52	
11	10 Agosto	Ajuda mútua	250	0	
43	11 Agosto	Ajuda mútua	75	0	1,5 horas
9	11 Agosto	Ajuda mútua	61	0	
13	11 Agosto	Ajuda mútua	323	45	
(a)	11 Agosto	Pago	15	0	30 minutos
6	12 Agosto	Ajuda mútua	176	0	
57	12 Agosto	Pago	40	0	
38	12 Agosto	Ajuda mútua	370	70	
49	13 Agosto	Ajuda mútua	250	0	
47	13 Agosto	Ajuda mútua	455	40	
44	13 Agosto	Ajuda mútua	20	0	
35	13 Agosto	Ajuda mútua	0	61	
50	15 Agosto	Ajuda mútua	90	70	
41	15 Agosto	Ajuda mútua	0	50	
42	15 Agosto	Ajuda mútua	140	0	
40	17 Agosto	Ajuda mútua	639	48	
53	?	Ajuda mútua	23	0	
[18(b)]	?	Pago	[330]	[60]	
39	13 Setembro	Pago	200	100	
45	13 Setembro	Ajuda mútua	100	10	
			9 113	965	

(a) Emigrante na Alemanha; enviou dinheiro para que lhe fizessem a debulha.

(b) Debulhado noutra aldeia.

Sem debulha: famílias 4, 5, 12, 16, 17, 37, 46, 48, 51, 52, 54, 55 56.

APÊNDICE 2
Debulhas em 1976-77 (família 22)

[illegible]

Nota — Debulhas sem contrapartidas nas quais Felícia (1976) e Eduardo (1977) participaram:

7 (taberneiro)
23 (temporariamente doente)
53 (taberneiro)

7 (taberneiro)
28 (guarda-fiscal reformado)
29 (pároco)
47 (temporariamente doente)
57 (temporariamente doente)

BIBLIOGRAFIA

- Biro, Pierre
s. d. (1950) *Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, «Colecção Horizonte», n.º 31.
Tradução portuguesa do original francês (1950).
- Blaxter, Lorraine
1971 «'Rendre service' and 'jalousie'», in F. G. Bailey (ed.), *Gifts and Poison*, Oxford, Basil Blackwell, pp. 119-138.
- Bloch, Marc
1966 (1941) «The rise of dependent cultivations and seignorial institutions», in M. M. Postan (ed.), *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. 1: *The Agrarian Life of the Middle Ages*, 2.ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, pp. 235-290.
- Bloch, Maurice
1973 «The long term and the short term: the economical and political significance of the morality of kinship», in Jack Goody (ed.), *The Character of Kinship*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 75-87.
- Brandes, Stanley
1975 *Migration, Kinship, and Community: Tradition and Transition in a Spanish Village*, Nova Iorque, Academic Press.
- Cutileiro, José
1971 *A Portuguese Rural Society*, Oxford, Clarendon Press.
- Davis, John
1977 *People of the Mediterranean*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Dias, Jorge
1953 *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril*, Porto, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- Duby, Georges
1972 (1969) «Medieval agriculture: 900-1500», in Carlo Cipolla (ed.), *The Fontana Economic History of Europe*, vol. 1: *The Middle Ages*, Londres, Collins/Fontana, pp. 175-220.
- Erasmus, Charles
1956 «Culture structure and process: the occurrence and disappearance of reciprocal farm labor», in *Southwestern Journal of Anthropology*, vol. 12, n.º 4, pp. 444-469.
- Freeman, Susan T.
1968 «Corporate village organisation in the Sierra Ministra: an Iberian structural type», in *Man* (n. s.), n.º 3, pp. 477-484.
1970 *Neighbors: the Social Contract in a Castilian Hamlet*, Chicago, Chicago University Press.
- Hilton, Rodney
1973 «Concepts and terms: the manor», in *Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n.º 1, pp. 107-109.
1974 «Medieval peasants: any lessons?», in *Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n.º 2, pp. 207-219.
- Hoffman, Richard C.
1975 «Medieval origins of the common fields», in W. Parker e E. L. Jones (eds.), *European Peasants and their Markets: Essays in Agrarian Economic History*, Princeton, Princeton University Press, pp. 23-71.
- INE (Instituto Nacional de Estatística)
1955 *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente (1954)*, vol. III: *Províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro*, Lisboa.
1960 *Recenseamento Geral da População*, Lisboa.
1970 *Recenseamento Geral da População*, Lisboa.
- Junta de Freguesia
1872 *Actas de 1872-81, 1882-89 e 1889-1922*.
- Kimball, Solon T.
1949 «Rural social organization and co-operative labor», in *American Journal of Sociology*, vol. 55, n.º 1, pp. 38-49.
- Lisón-Tolosana, Carmelo
1973 «Some aspects of moral structure in Galician hamlets», in *American Anthropologist*, vol. 75, n.º 3, pp. 823-834.

- Moore, M. P.
 1975 «Co-operative labour in peasant agriculture», in *Journal of Peasant Studies*, vol. 2, n.º 3, pp. 270-291.
- Oliveira, Ernesto Veiga de
 1955 «Trabalhos colectivos gratuitos e recíprocos em Portugal e no Brasil», in *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 3, n.º 1, pp. 21-43.
- Postan, M. M.
 1968 (1937) «The chronology of labour services», in W. E. Minchinton (ed.), *Essays in Agrarian History*, vol. 1. Reedições para a British Agricultural History Society, Newton Abbot, David & Charles.
- 1954 «The rise of a money economy», in E. M. Carus-Wilson (ed.), *Essays in Economic History*, vol. 1, Londres, Edward Arnold, pp. 1-12.
- Sahlins, Marshall
 1972 (1965) «On the sociology of primitive exchange», in *Stone Age Economics*, Chicago, Aldine, pp. 185-275.
- Sanders, Irwin T.
 1955 «Selection of participants in a mutual aid group in rural Greece», in *Sociometry*, vol. 18, n.º 4, pp. 582-585 (pp. 326-329).
- Tombo das Comendas das Três Ordens Militares*, manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, número de ordem 455: Santalha, 1718.
- Wolf, Eric
 1966 *Peasants*, Nova Jérsea, Prentice-Hall.